

Senado aprova plano para melhorar e ampliar o ensino público no país

15 DEZ 2000

Maior, de 65 anos terá prioridade na tramitação de processos judiciais

• BRASÍLIA. O Senado aprovou ontem o Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a elevação dos níveis de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso e permanência na educação pública e a democratização da gestão do ensino público.

Parlamentares da oposição se abstiveram, por considerar o plano incompleto. Entre as mudanças que ficaram de fora,

destacaram a não ampliação, para 10%, do percentual de investimentos do Produto Interno Bruto (PIB) na educação.

Salário de aposentado não é beneficiado

Além disso, os benefícios do Fundef não foram estendidos para reforçar a estrutura dos ensinos infantil, médio e a educação de jovens e adultos, e também não foram destinados recursos para financiar reajustes de professores aposentados e pensionistas.

Na mesma sessão, o plenário do Senado aprovou projeto que prioriza a tramitação de processos judiciais que tenham como parte pessoa com idade igual ou superior a 65 anos. A idéia é agilizar a tramitação de processos envolvendo o idoso, que deverá requerer atendimento especial junto à autoridade judiciária. Caso o juiz dê a prioridade, esta não cessará com a morte do requerente, ficando beneficiados cônjuge, companheiro ou companheira com mais de 65 anos. ■